

A economia está blindada?

Brasil

ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO

Uma questão atualmente muito discutida é porque a grave crise política que o Brasil enfrenta não tem gerado efeitos devastadores sobre a economia e mais especificamente sobre o mercado financeiro. O Brasil atravessa uma das mais sérias crises políticas de sua história, mas os indicadores econômicos não têm apresentado resultados desastrosos.

Preliminarmente poder-se-ia perguntar por que a crise deveria afetar a economia? A primeira vista parece intuitivo que sim, mas por quê? Será que o padeiro, às 4h, quando vai começar a preparar o pão, ouve o rádio para saber o desenrolar da crise e aí decidir se continua ou não o seu trabalho? A vida segue, apesar da crise política, e a economia continua funcionando, ao menos no que se refere ao seu lado real, produtivo.

Mas o mercado financeiro? Ele não deveria estar indócil com a crise política? Depende. O mercado financeiro reage não apenas a fatos ocorridos como também a expectativas com relação ao futuro. Caso ocorra uma piora de expectativa o mercado vai reagir. Foi isso que ocorreu em 2002, quando as pesquisas mostravam a alta probabilidade de uma vitória de Lula. Uma ponderável parcela de agentes econômicos acreditava, baseada na pregação histórica, que o PT iria promover uma ruptura institucional, especialmente na economia. Como decorrência tivemos uma escalada do dólar, aceleração da inflação e impactos negativos sobre o crescimento e sobre o nível de emprego. Ora, neste período não tivemos nenhuma crise política. Ao contrário, as eleições e a transmissão da Presidência, em 2002, foram das mais, senão a mais tranquila de nossa história republicana.

Será então que, não havendo esta piora de expectativa, a economia brasileira ficará imune à crise política? Infelizmen-

te não. O que analisamos até aqui foram repercussões de curto prazo. No longo prazo a história é diferente. O futuro é construído a partir de decisões tomadas no presente. Esta tomada de decisões é influenciada tanto pelos resultados passados quanto pelas expectativas em relação ao futuro. Expectativas não são certezas, são prognósticos que se formam a partir de muitos fatores. Nestes, aparecem, com grande importância, os fatores políticos e as instituições políticas.

Deve-se lembrar que neste contexto instituições não são apenas as instituições formais. Incluem também hábitos, costumes, normas e padrões de comportamento sociais. Estas instituições informais desempenham, um papel fundamental no processo de desenvolvimento econômico.

A atual crise política, as denúncias que têm sido comprovadas, as investigações que têm sido realizadas, estão revelando um padrão de comportamento de altas autoridades do Executivo e do Legislativo que são incompatíveis com a prática republicana. Este padrão de comportamento, além de moralmente condenável, é prejudicial para a tomada de decisões econômicas, especialmente para aquelas cujas repercussões vão ocorrer no futuro. Isso porque este clima de crise moral cria incertezas. Se a lei não é respeitada, se a prática de caixa dois se torna um comportamento aceitável e travestido da alcunha de recursos não-contabilizados, se a compra de apoios políticos na Câmara dos Deputados se transforma em negociação com a base aliada e se mentir descaradamente, como se estivessem participando de um festival de mentiras ou de um Concurso Público de Inverdades, é considerado habilidade política, quem garante que contratos serão respeitados, que direitos serão preservados, que as regras do jogo não serão arbitrariamente modificadas?

Ora, estas garantias, não apenas de forma teórica, mas como regras de comportamento efetivamente obedecidas, são cruciais para avaliações de investimentos, especialmente para aqueles de longo prazo de maturação. E quiçá são estes os investimentos mais importantes para um crescimento econômico sustentado. Dúvidas sobre estas garantias criam um clima de desconfiança extremamente prejudicial às decisões de investimento.

Além disso, a crise está mostrando uma face amoral ou imoral de nossas organizações políticas. Em vez de discussões sobre os grandes problemas de nosso País e de propostas visando ao bem comum, o que se observa é um vale-tudo para conseguir vantagens em troca de votos e apoios políticos, um verdadeiro mercado persa, onde vence quem é mais esperto, quem é mais malandro. A crise política está mostrando aos investidores que bons resultados podem ser obtidos com estas más práticas, e não por meio de melhorias tecnológicas, modernização e eficiência econômica. O que se está incentivando é o capitalismo predatório e não um desenvolvimento sustentado.

São estas repercussões negativas sobre as decisões de investimento que se constituem no mais pernicioso efeito da crise política sobre a economia. E contra isto não há blindagem possível. O dano já foi feito. O que é agora possível fazer é minimizar o prejuízo. O pior que poderá acontecer com a impunidade é levá-la com a barriga. Com isso, o incentivo para a malandragem será amplificado. Para procurar evitar este ecúleo é imprescindível tanto uma rigorosa e confiável apuração como uma rápida punição dos culpados que demonstre que estes fatos foram lamentáveis desvios de comportamento que não são aceitos pela sociedade.

ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO
foi presidente do BNDES.